

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assitente

ANC 88

Pasta 11 a 20
Dezembro/87
013

Soluções pelo Centro

Acima dos partidos, que serviram para eleger os deputados e senadores mas depois não disseram a que vieram, a Constituinte começa a se organizar por uma nova ordem de valores. Era inevitável que a falta de autenticidade viesse a ser compensada, depois que se tornou impossível impor a vontade da minoria como se fosse a expressão da maioria.

Os constituintes estão se reagrupando em blocos de características próprias, que tornam mais claras as possibilidades de alianças para a votação final do projeto e identificam também incompatibilidades congênitas.

O aparecimento do *centrão* foi o divisor histórico de águas. Atendeu a uma necessidade e obrigou outras correntes a reverem sua atuação e seus compromissos. A esquerda foi obrigada a sair do cômodo anonimato que lhe dava as honras de faturar politicamente sem correr o risco de derrotas, pois a assembléia constituinte ficou em disponibilidade enquanto a Comissão de Sistematização trabalhava à vontade.

A evidência de que a maioria estava politicamente inferiorizada pelo mecanismo regimental criou o problema e apressou a solução: ninguém conseguiu explicar a contento o aparecimento do *centrão* porque faltou a coragem de procurar as causas. Trata-se de legítima revanche da maioria, que decidiu acabar com a farsa. Até porque não tem tempo a perder e não pode contemporizar com a meia-luz de que se valeu a esquerda para contrabandear as suas teses.

Passados dez meses da instalação da Constituinte, estamos longe de dispor de um documento básico que possa ser submetido à votação do plenário. O projeto da Comissão de Sistematização foi elaborado a partir de conceitos de ordem econômica e de direitos individuais que não atendem às recomendações indispensáveis a qualquer democracia. É aí, na visão deformada da economia e na confusão de direitos com privilégios individuais, que se deu um nó ideológico que nenhuma negociação consegue desatar.

Os preconceitos anticapitalistas são incompatíveis com a existência de uma economia de mercado.

Da mesma forma, as chamadas garantias onerosas, que não se justificam econômica, social e politicamente numa democracia, sobre-carregaram um projeto que nada tem a ver com a média das aspirações dos brasileiros.

O mandato de constituinte não é uma carta branca para o deputado ou o senador se sentir autorizado a mudar o regime. A opção pelas liberdades políticas e econômicas data de antes: a representação política foi eleita para elaborar uma constituição dentro dos padrões da democracia representativa e da economia de mercado. Ninguém propôs na campanha eleitoral implantar um regime socialista no Brasil. Nem mesmo os candidatos dos partidos de esquerda fizeram propostas socializantes. A maneira como esses conceitos foram inseridos no projeto também não foi democrática.

A questão política, neste momento, é resolver o problema criado pela esquerda. Pois a verdade é que o contrabando não se limita a meia dúzia de conceitos e dispositivos que possam ser substituídos. A própria concepção geral do projeto fixou um núcleo ideológico, que amarra os direitos individuais a padrões socializantes, inferioriza a iniciativa privada diante do Estado e repele como indesejável a presença do capital estrangeiro. Como então impulsionar as atividades econômicas? Erigindo o Estado como suzerano absoluto, com poderes políticos para fazer o que achar mais conveniente? Assim, a iniciativa privada passaria a ser uma concessão estatal. Em muito pouco tempo, adeus democracia. Os cidadãos seriam dopados pelas falsas garantias, pois sendo onerosas para as empresas particulares preparariam rapidamente o caminho para a intervenção do poder público. Nas mãos do Estado, o custo dessas conquistas

sociais seria compartilhado por toda a sociedade, e os benefícios seriam abstratos.

O *centrão* tem como razão de ser a tarefa de desatar o nó que amarra o projeto da Sistematização a conceitos socializantes, libertando-os para uma adaptação democrática. A prioridade passa a ser, portanto, alterar a própria estrutura que permitiu montar dispositivos socialistas, onde podem ser embutidas ilusões que anestesiaram a vontade dos cidadãos, pois não resultam do desenvolvimento da economia.

Não há mais a menor dúvida de que a Constituinte operou dentro de conceitos de clientelismo: o projeto foi a montagem de concessões que o seu relator fez para agradar o seu trabalho. É preciso, portanto, ter a coragem de concluir que não dispomos de um projeto, e sim de um pacote de interesses clientelísticos.

A sociedade está convencida de que o *centrão* pode refazer o capítulo da ordem econômica segundo a economia de mercado, bem como devolver as garantias e direitos individuais ao padrão democrático, sem depender do Estado ou de paternalismo oficial. Como está, não tem conserto.

A partir de agora é preciso pensar com clareza, trabalhar com clareza, negociar com clareza e decidir com clareza: toda vez que houver dúvida, partir para a votação. É indispensável preparar uma constituição limpa de preconceitos e sem armadilhas. Limpar os excessos e desentortar a própria concepção que viciou a estrutura do projeto será um passo histórico.

As necessidades são perfeitamente conhecidas. O resto é ação política. O *centrão* tem muito a fazer, para que o trabalho constituinte passe da primeira para a segunda fase corretiva. A missão vai depender, no entanto, da capacidade de negociar com grupos que têm identidade política confiável. O momento favorece e valoriza a existência do grupo dos 32, com identidade democrática comprovada. Não há razão para esse grupo operar sozinho e minoritário, como se fosse possível trabalhar em duas frentes com lealdade. Os 32 podem fechar com o *centrão* o compromisso de desentortar a estrutura estatizante incompatível com os compromissos democráticos na economia e na política.

Outro grupo que começa a ter fisionomia própria é o *centrinho*, que não pode pretender funcionar como fiel da balança, na hora dos votos, erodindo os votos do *centrão*. Seria suicídio fazer o jogo da esquerda, que nunca lhe reconheceu autenticidade, agora que o aparecimento do *centrão* lhe reservou a oportunidade de existência própria.

Há ainda o pequeno aglomerado dos que desgarraram da origem de esquerda mas não romperam seus compromissos históricos, ao lado de outros que mal disfarçam um sentimento de culpa, sem falar nos que perderam a evidência e se esforçam por aparecer de qualquer forma.

O mês de dezembro marcou a virada ideológica da Constituinte. Para passar à fase definitiva, o *centrão* terá que limpar completamente a barra do projeto. Para isso dispõe até o dia 20. O acerto sobre a extinção das teses que podem paralisar o país é o sinal de uma dívida que terá que começar a ser paga com urgência aos democratas.

A etapa é de ampla renegociação, para que os prazos sejam desapertados e se restaure a confiança. O assunto é privativo da Constituinte. O Executivo deve manter-se à distância exigida pelo respeito à soberania da Constituinte. Pois a esquerda espera apenas um gesto imprudente de algum desses ministros da intimidade áulica para explorar a fisiologia palaciana e a ação corretiva do *centrão*.

A questão ideológica da Constituinte é matéria a ser decidida exclusivamente pela representação política, muito bem servida de um contingente de votos democráticos que já provaram ser maioria.